

COMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A ALEGADA UTILIZAÇÃO PELA CIA DE PAÍSES EUROPEUS PARA O TRANSPORTE E A DETENÇÃO ILEGAL DE PRISIONEIRO

SEGUNDA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2006

PRESIDÊNCIA: CARLOS COELHO

(A reunião tem início às 15h05.)

Presidente. – Depois da reunião do *steering group*, o secretariado providenciou a projecção de um filme chamado “Guerra secreta da CIA na Europa,„. Trata-se de um documento produzido pelo Canal + France. No entanto, convém sublinhar que não representa nem a posição oficial da nossa comissão, nem compromete o secretariado.

Gostaria de recordar aos membros da comissão que não presidirei à delegação que irá a Londres a partir desta quarta-feira e até sexta-feira, portanto de 4 a 6 de Outubro. Entendi que não devia presidir a essa delegação e pedi à nossa primeira Vice-Presidente, a Baronesa Sarah Ludford, que me substitua enquanto chefe da delegação.

Finalmente, gostaria de referir a eleição do nosso colega Toomas Hendrik Ilves, que foi eleito Presidente da República da Estónia. Em nome de todos os membros da nossa Comissão, dirijo-lhe as mais vivas felicitações.

Proinsias De Rossa (PSE). – O Senhor Presidente referiu que não pode ir a Londres, e que por conseguinte a Senhora Baronesa Ludford assumirá a chefia da delegação por ocasião da sua visita ao Reino Unido. Considero que se a reunião fosse dirigida por um cidadão do país que estamos a visitar se estabelecerá um mau precedente. Esta regra aplica-se, tanto quanto sei, a outras comissões de inquérito que visitam Estados-Membros. Não é boa ideia ter um Deputado do PE que representa o Reino Unido a presidir a uma comissão de inquérito de visita a este país e seria melhor encontrar uma solução alternativa. Não se trata de pôr em causa a Baronesa Ludford, mas tal facto não seria bem encarado pela opinião pública.

Presidente. – Aceito a sua observação, mas temos de cumprir os regulamentos, que afirmam que, em caso de impedimento do Presidente, deve ser o primeiro Vice-Presidente a desempenhar esta função. Se a Senhora Baronesa Ludford recusar, poderei então perguntar ao segundo Vice-Presidente, ao terceiro Vice-Presidente e assim sucessivamente, mas não posso impedir nenhum membro desta comissão de cumprir as suas obrigações. A Senhora Baronesa é a primeira Vice-Presidente e deve substituir-me quando eu não estiver disponível. O Senhor Deputado e todos os outros membros desta comissão sabem que procuro sempre

estar disponível. A primeira missão que não pude chefiar foi à Macedónia, e estou grato à Senhora Deputada Sylvia-Yvonne Kaufmann por me ter substituído nessa altura. A ausência ficou a dever-se a razões de saúde, uma vez que me encontrava no hospital. Agora será apenas a segunda vez que não poderei participar numa reunião. A primeira Vice-Presidente poderá declinar esta missão, mas apenas se assim o desejar.

Troca de pontos de vista sobre a visita da delegação a Berlim

Presidente. – Passamos agora à troca de pontos de vista sobre a visita da delegação a Berlim.

Gostaria de recordar que a nossa primeira troca de opiniões com Parlamentos nacionais teve lugar no dia 6 de Março com a Presidente do Senado da Bélgica, a Sra. Anne-Marie Lizin, que é também Presidente da Comissão Parlamentar de Controlo do Comité Permanente de Controlo dos Serviços de Informação belgas.

A nossa missão a Berlim foi, portanto, o segundo contacto que tivemos com Parlamentos nacionais. Como estarão recordados, pedimos para nos encontrar também com o Ministro Steinmeier. O Senhor Ministro transmitiu-nos que preferia prestar primeiro declarações ao Parlamento alemão, no âmbito da Comissão de Inquérito que eles têm organizada. Isto pode criar uma situação delicada para nós se o momento em que o Ministro Steinmeier for ao Parlamento alemão for posterior ao termo dos trabalhos da nossa comissão. Assim sendo, pedi aos nossos colegas alemães, ao Presidente da Comissão de Inquérito, o Deputado Siegfried Kauder, que façam uma de duas coisas: ou que a comissão de inquérito do Parlamento alemão antecipe o testemunho do Ministro Steinmeier ou então que essa comissão transmita ao Governo alemão que os nossos colegas alemães do *Bundestag* não vêem qualquer problema em que o Ministro Steinmeier venha primeiro ao Parlamento Europeu e só depois ao Parlamento nacional.

Foi-me entretanto comunicado, já depois do nosso regresso, que a Comissão de Inquérito do *Bundestag* não está em condições de antecipar a audição do Ministro Steinmeier, mas que não faz disto uma guerra, uma questão de princípio, e que sublinhou que cabe apenas ao Ministro Steinmeier decidir se está ou não em condições de aceitar o nosso convite, pelo que, na posse desta manifestação de boa-vontade dos nossos colegas do *Bundestag*, vou novamente dirigir uma carta ao Ministro Steinmeier recordando o interesse da nossa comissão em que ele venha tão cedo quanto possível.

Esta é também uma matéria que vamos debater na reunião de hoje com os coordenadores. Na minha opinião, a reunião com a Comissão de Inquérito do *Bundestag* foi muito útil. Percebemos que havia algumas informações erradas, ou seja, que havia falta de partilha de informação e que todos saímos mais esclarecidos relativamente ao trabalho uns dos outros. Os nossos colegas alemães ficaram a compreender melhor qual é o objectivo dos nossos trabalhos e vice-versa. Ofereci a colaboração da nossa comissão, designadamente na partilha de documentos, excepto aqueles que são de natureza confidencial, ao que os nossos colegas alemães responderam da mesma forma, porque tratando-se de uma comissão parlamentar de inquérito grande parte dos documentos que recebe estão abrangidos por regras estritas de segredo ao abrigo da lei alemã relativa aos inquéritos parlamentares, que creio que não difere muito da regulamentação da maior parte dos outros países da União. Reafirmei o convite para assistirem às nossas reuniões sempre que o desejarem.

1-009

Giovanni Claudio Fava (PSE), relator. – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, pouco tenho a acrescentar à sua intervenção e partilho inteiramente a sua avaliação do nosso encontro com a Comissão do *Bundestag*.

Este encontro foi útil como esclarecimento e serviu para deixar claras as tarefas de cada um. Talvez tivesse sido um pouco decepcionante, porque esperávamos uma cooperação mais vasta e uma maior disponibilidade para o diálogo. Soubemos, por exemplo, poucos dias mais tarde, que os membros da Comissão do *Bundestag* haviam requerido ao tribunal de Munique que emitisse mandados de captura contra 13 agentes da CIA presumivelmente envolvidos no sequestro do Sr. El-Masri. Trata-se de um passo político importante e significativo, que vai ao encontro da iniciativa que está a ter lugar em Itália, onde a Procuradoria de Milão desenvolve presentemente uma investigação judicial, bem como da actividade desta comissão, que está a realizar uma investigação política.

Este é, por exemplo, um dos pontos sobre o qual seria de extrema utilidade uma troca de ideias. Mas só uns dias mais tarde, através da imprensa, ficámos a par desta iniciativa, que, bem entendido, não amadureceu de um dia para o outro mas foi exaustivamente discutida, visto tratar-se de informações já bastante antigas.

Estou de acordo com o Senhor Presidente quanto à necessidade de sublinhar a urgência de um encontro com o Ministro Federal Steinmeier e seria perigoso criar um precedente através do qual esta comissão se tornasse uma espécie de organismo sucedâneo dos Parlamentos nacionais. Em primeiro lugar devem ser consultadas as instituições nacionais, e só se depois houver tempo e oportunidade é que se poderá conceder uma atenção benevolente a esta comissão do Parlamento Europeu.

É necessário explicar aos Parlamentos de todos os países da União Europeia, e também aos representantes dos governos, que esta comissão não é um sucedâneo, e que a sua acção está ao mesmo nível de todas as outras comissões de inquérito dos Parlamentos nacionais, e tem o mesmo objectivo, embora possua uma responsabilidade acrescida. Devemos realizar uma investigação que abrange factos ocorridos em mais de 30 países, enquanto que cada Parlamento se pode ocupar justificadamente apenas do respectivo país. Também por este motivo é necessário exigir aos governos e aos Parlamentos um esforço acrescido de cooperação.

1-010

PRESIDENTE: BARONESA SARAH LUDFORD

1-011

Sylvia-Yvonne Kaufmann (GUE/NGL). – Senhora Presidente, também queria dizer que partilho inteiramente da avaliação que acaba de fazer o Senhor Presidente Carlos Coelho sobre a nossa viagem a Berlim. Foi, de facto, útil trocar opiniões sobre como são diferentes as tarefas das nossas duas comissões, e pelo menos sondar em que medida é possível uma cooperação mais estreita entre ambas as comissões.

Fiquei muito satisfeita com o facto de os nossos colegas do *Bundestag* terem manifestado um interesse claro numa cooperação com a nossa comissão. No que se refere ao problema do convite ao Ministro Federal dos Negócios Estrangeiros, mencionado pelo Senhor Presidente Carlos Coelho, penso que, efectivamente, seria aconselhável que o Presidente da comissão dirigisse uma nova carta ao Ministro dos Negócios Estrangeiros Steinmeier, podendo nós evidentemente basearmo-nos no facto de ele já ter prometido vir ter connosco e participar nos nossos trabalhos.

Pessoalmente, fiquei surpreendida por os nossos colegas do *Bundestag* ainda desconhecem manifestamente o nosso calendário, e nomeadamente que queremos ter o trabalho pronto no final do ano e que a votação do nosso relatório final se realizará, por conseguinte, no início do próximo ano – provavelmente em Fevereiro, e portanto durante a Presidência alemã do Conselho. Considerei oportuno, por um lado, chamar mais uma vez a atenção do Ministro Federal dos Negócios Estrangeiros Steinmeier para o nosso calendário, que está bem delimitado, tendo ele, por outro lado, prometido fazer-nos uma visita, levando-se também em linha de conta que o termo do nosso trabalho ocorrerá durante a Presidência alemã do Conselho. Imaginei que este último aspecto talvez contribuisse para o ajudar a decidir vir ao nosso encontro.

Em minha opinião, devíamos, enquanto comissão, manifestar com veemência o nosso desapontamento aos governos dos países nos quais ocorreram alguns dos casos de que nos ocupamos e que não comparecessem, apesar de terem prometido fazê-lo. Não creio que isso pudesse ser considerado como algo de favorável, na perspectiva da Presidência alemã do Conselho.

1-012

Cem Özdemir (Verts/ALE). – Senhora Presidente, posso concordar com o essencial do que acabou de ser dito. Também considerei a viagem a Berlim e as conversas com os nossos colegas do *Bundestag* muito úteis.

Gostaria talvez de transmitir uma impressão aos Senhores Deputados: na Comissão de Inquérito do *Bundestag* alemão estão representados cinco grupos parlamentares, dos quais dois – os dois maiores – fazem parte do Governo de grande coligação, sendo os restantes três da oposição. Todos eles têm interesses diversos mas cada um tem, evidentemente, interesse em não facilitar de modo nenhum a tarefa do Governo e que nada seja varrido para debaixo do tapete. Isto significa que é altamente improvável que, neste período de consultas que vai até ao final do próximo ano, qualquer pessoa que tenha alguma coisa a ver com os três casos, no que respeita à Alemanha, não fale perante esta comissão. Não quero aqui comparar demasiado aquilo que talvez nem sempre seja comparável, mas desejaria que o inquérito também se realizasse com igual profundidade e detalhe nos outros países que foram mencionados em relação com os voos da CIA e as prisões secretas.

Se os dois grupos do Governo apresentarem no final um relatório poderemos então pressupor que este não reflectirá a opinião dos três grupos da oposição, e teremos assim um relatório minoritário. É tradição no *Bundestag* alemão existirem sempre dois relatórios, um da maioria e outro da minoria. Assim, este último conterà certamente tudo o que não for referido no relatório da maioria. Nesta medida, faz todo o sentido que nos empenhemos neste trabalho de estreita colaboração.

Para finalizar, e ainda a respeito do Ministro Federal dos Negócios Estrangeiros Steinmeier, fiquei com a impressão, a partir de algumas conversas, que os nossos colegas, após a nossa visita, compreenderam que seria importante em qualquer caso – inclusivamente para a imagem da República Federal da Alemanha – que, antes do termo do trabalho, um alto representante do Governo alemão comparecesse perante esta comissão. Com efeito, deve existir a possibilidade de um acordo de cavalheiros que resolva esta questão de modo a que nem os direitos dos nossos colegas do *Bundestag* nem os nossos próprios direitos sejam prejudicados.

1-013

Ana Maria Gomes (PSE). – Faço minhas as palavras do relator. Em especial, é muito importante que não sejamos vistos como um Parlamento de segunda classe, ou um Parlamento a que as pessoas só vão depois de terem comparecido perante os Paramentos nacionais, pois temos uma responsabilidade mais ampla do que a dos nossos Paramentos nacionais, uma vez que somos Deputados europeus e que estamos no Parlamento Europeu.

Digo isto porque também no meu país esta abordagem tem sido fortemente defendida por aqueles que se opõem

ao esclarecimento deste assunto. Usam o argumento da “soberania” e dizem que o Parlamento Europeu não tem nada a ver com isto, que o assunto é uma questão de soberania, que o Governo só deveria dar informações ao Parlamento nacional e por aí adiante. Vejo com satisfação que, graças aos esforços e à persistência desta comissão, o Governo português e o Parlamento português decidiram finalmente na semana passada constituir comissões de inquérito, sendo uma delas uma comissão interministerial, para averiguarem o que se estava a passar com todos os tipos de voos – incluindo os voos da CIA – em termos de procedimentos, etc., e para encontrar efectivamente respostas para as perguntas que formulámos. No Parlamento nacional foi formada outra comissão para investigar os mesmos procedimentos, também com vista a corrigir as coisas para o futuro. Tal constitui um reconhecimento de que nem tudo estava realmente esclarecido e é indubitável que isso foi o resultado do intercâmbio realizado conosco.

Penso ser imprescindível mostrarmos aos nossos colegas dos Paramentos nacionais que não tencionamos usurpar o seu papel mas queremos trabalhar em estreita colaboração com eles. Na realidade, tanto para os nossos colegas dos Paramentos nacionais como para nós próprios há muito a ganhar com a sinergia obtida com as trocas de informações. O objectivo é exactamente o mesmo: clarificar o que aconteceu e corrigir o que correu mal.

1-014

Wolfgang Kreissl-Dörfler (PSE). – Senhora Presidente, quero acrescentar mais duas ou três observações sobre a visita a Berlim. Espero também que os nossos colegas do *Bundestag* alemão tenham compreendido melhor o nosso trabalho aqui ou sintam vontade de o compreender. Isto nem sempre é facilmente compreensível quando somos Deputados num Parlamento nacional mas infelizmente é assim. Não apenas estamos longe em termos geográficos mas também temos outro papel a desempenhar, e isto aplica-se a todos os grupos parlamentares, independentemente de acontecer no Parlamento italiano ou no português, ou em qualquer dos 25 Paramentos.

Quando elaborávamos as propostas sobre quem deveríamos ouvir – e na altura era para nós evidente que havia já também o caso El-Masri – convidámos o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Alemanha, na realidade não pelo cargo que ocupa actualmente mas na sua qualidade de antigo funcionário da Chancelaria Federal, onde era responsável, entre outros assuntos, pelos serviços secretos. Trata-se de um ponto muito importante, que devíamos sublinhar mais uma vez. Se queríamos um Ministro dos Negócios Estrangeiros que tivesse estado envolvido no assunto e participado nas reuniões do Governo tínhamos de convidar o Ministro dos Negócios Estrangeiros da altura, e esse Ministro era Joschka Fisher.

O que é determinante – embora Portugal tenha agora igualmente constituído uma comissão de inquérito – é que temos de examinar mais uma vez a situação jurídica da comissão de inquérito alemã. Ela é, na realidade, essencialmente diferente da que temos aqui, e isto é algo que se deve levar também em conta. Quem for intimado a comparecer nesta comissão como cidadão alemão tem de o fazer. Pode ter de depor sob juramento e, se mentir, pode ser condenado a uma pena até cinco anos de prisão, o que evidencia uma diferença de estatuto. O percurso na comissão passa primeiro pela audição dos escalões inferiores e culmina finalmente com a audição do ministro, que é forçado a assumir toda a responsabilidade. É por esse motivo que não pode, regra geral – e não tenhamos ilusões –, depor antes dos demais, e depois é necessário repetir tudo.

Também consideraria muito positivo que fosse possível ao Ministro Frank-Walter Steinmeier vir até nós em primeiro lugar, colocando-se apenas a questão de saber o que ele poderá de facto dizer. Assim sendo, irei seguidamente deixar claro mais uma vez na reunião dos coordenadores – e, ao contrário de outros países, a Chancelaria Federal já deu autorização para tal – que poderão ser aqui ouvidos o actual Presidente do BNA (o Serviço de Informações Federal), Senhor Uhrlau, bem como o Senhor Fritsche, que é agora o responsável na Chancelaria por toda esta temática.

Tanto quanto sei, o *Bundestag* alemão pretende encerrar o caso El-Masri – que é aquele que estamos a tratar e de que nos ocupamos prioritariamente – até ao final do ano. A própria comissão poderia talvez concluir os trabalhos em finais de 2007. É igualmente evidente a coexistência na comissão dos interesses mais diversos. Estão envolvidos os mais variados partidos – o Senhor Deputado Cem Özdemir já o referiu –, pois contamos com a oposição e o Governo, e é esta a realidade. É também para isto que existe esta comissão, para esclarecer ainda outros pontos.

O Ministro Frank-Walter Steinmeier comunicou-nos também por escrito, e com bastante antecedência, que está disposto a depor aqui, mas tem primeiro – e disse-o também na sua carta – de depor no *Bundestag*. Temos pura e simplesmente de ter isto em conta. Não lhe quero armar nenhuma cilada e acusá-lo de não o querer fazer. Enquanto Presidente do Conselho tem apenas de fazer o seguinte, quer queira ou não: estar presente no Parlamento, na sessão plenária, quando discutirmos o relatório final na sua globalidade. Veremos então mais uma vez o que é possível fazer previamente.

Devemos apenas estar verdadeiramente cientes de como funcionam os diferentes níveis. Tanto quanto sei, na República Federal da Alemanha esta comissão é a única que dispõe dos enormes meios para agora se poder ocupar destes casos – e este é apenas um caso dos que a comissão em Berlim deve investigar. Este facto também deve ser levado em linha de conta.

Consideraria naturalmente muito positivo que pudéssemos falar com os Senhores Fritsche e Uhrlau, responsáveis pelo Serviço de Informações Federal e pela Chancelaria Federal, antes da conclusão dos nossos trabalhos, e isto é para mim tanto mais prioritário quanto o Ministro se encontra agora numa posição diferente. A realidade é esta.

1-015

Presidente. – Gostaria apenas que me esclarecessem se os problemas respeitantes ao planeamento de datas entre nós e a comissão do *Bundestag* – que em certa medida são compreensíveis – envolvem apenas o Senhor Ministro Steinmeier ou se também afectam os funcionários da Chancelaria responsáveis pelos serviços secretos. Se pretendéssemos convidar essas pessoas teríamos algum problema com a Comissão de Inquérito do *Bundestag*?

1-016

Cem Özdemir (Verts/ALE). – Senhora Presidente, formulámos especificamente esta pergunta no *Bundestag* quando lá estivemos, e a única coisa que nos foi dito foi que eles queriam ouvir os ministros no final das audições, na última parte da sessão. Esclarecemos que, uma vez que eles já tinham começado com o caso El-Masri, logo que encerrassem este caso poderíamos – como disse o Senhor Deputado Kreissl-Dörfler – negociar um acordo que permitisse que o Senhor Ministro Steinmeier, quando viesse cá, pudesse concentrar-se especialmente no caso El-Masri, uma vez que já teria falado sobre este caso no Parlamento nacional. Seria um acordo possível mas, no que respeita aos outros funcionários da Chancelaria, não nos foi dito nada sobre eles não se poderem deslocar cá. Não há, portanto, qualquer problema da parte do *Bundestag*. Haverá, quando muito, talvez da parte do Governo, mas sobre isso nada sabemos. Da parte do *Bundestag* não há definitivamente qualquer problema.

1-017

Presidente. – Será que devemos talvez avançar e convocar, em primeiro lugar, esses funcionários da Chancelaria federal para virem cá ser ouvidos?

1-018

Sylvia-Yvonne Kaufmann (GUE/NGL). – Senhora Presidente, pretendo apenas responder em poucas palavras ao Senhor Deputado Özdemir. Pessoalmente estou céptica a este respeito e creio que aquilo que a Senhora Deputada Ana Gomes referiu, ou seja, o argumento da soberania eventualmente dissimulada por detrás dos trabalhos em curso no *Bundestag*, se poderia aplicar à totalidade das pessoas convidadas. Nesta perspectiva, parece-me ser absolutamente urgente referirmos pela nossa parte e mais uma vez com clareza na carta o calendário da nossa comissão e afirmarmos que, pelo nosso lado, não queremos perder a oportunidade de poder falar com uma das três pessoas convidadas.

1-019

Presidente. – Não penso que isso vá contra o que eu queria dizer. Ia propor que avançássemos com o convite aos funcionários da Chancelaria – ou que indagássemos

se isso seria exequível em termos de calendário, etc. – e que, num espírito de completa parceria com a comissão de inquérito do *Bundestag*, tentássemos compreender melhor se eles poderiam completar a sua investigação sobre o caso El-Masri a tempo do Senhor Ministro Steinmeier vir falar connosco pelo menos sobre este caso. É evidente que não queremos qualquer tipo de braço de ferro ou guerra de competências, porque, pessoalmente, vejo esta questão essencialmente como um trabalho de interligação de redes parlamentares na Europa que nos abrange a nós e aos Parlamentos nacionais, e que, na realidade, integra os Parlamentos nacionais graças à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. É por isso que não interessa verdadeiramente quem está a fazer os inquéritos ou procura obter respostas para as diferentes questões levantadas aqui ou nas investigações nacionais. Uma competição deste tipo não levaria a lado nenhum.

(A reunião termina às 15h40)

Por outro lado, os governos são por vezes um pouco impertinentes e afirmam que não podem dizer nada aos Parlamentos nacionais porque tudo está a ser feito ao nível de Bruxelas. Em contrapartida, em Bruxelas dizem que, como têm de respeitar as prerrogativas dos Parlamentos nacionais, não podem fazer nada ao nível da UE. Não podemos colaborar neste jogo e não me estou aqui a referir-me especificamente à Alemanha mas a todos os nossos adorados governos.

Não queremos permitir que subsistam quaisquer lacunas no inquérito. Temos apenas de tranquilizar os nossos colegas do *Bundestag* assegurando-lhes que não estamos a tentar agir contra eles nem a tentar ofendê-los seja de que maneira for, e estou certa de que foi isto que foi feito durante a visita. Por outro lado, seria útil que eles pudessem organizar o seu trabalho de modo a passarem-nos o seu testemunho, pois é isso o que já fazemos quando recebemos o testemunho daqueles que conduziram a investigação a outros níveis. Seria uma pena se não fôssemos capazes de incorporar essa informação nos resultados do nosso próprio inquérito.

Proponho que se mantenha o contacto com o *Bundestag* e que se deixe claro que reconhecemos unanimemente as prerrogativas dos nossos colegas em todos os aspectos e que compreendemos que devem respeitar um calendário, mas talvez se possa chegar a um consenso que permita formular algumas questões ao Senhor Ministro Steinmeier, pelo menos em relação a alguns assuntos, antes do final do ano, e convidar os funcionários da Chancelaria, o que talvez satisfizesse toda a gente.

Esta conclusão é suficientemente clara para ser uma conclusão final?

(Intervenção vinda do plenário sem microfone)

Sim, é claro que iremos discutir seguramente este assunto no *steering group*. Tenciono apresentar estas propostas ao *steering group*, a menos que haja alguma objecção.